

**PROTAGONISMO PRETO:
MUSEU AFRO BRASIL E A EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NÃO FORMAL**

**BLACK PROTAGONISM:
AFRO BRAZIL MUSEUM AND NON-FORMAL ANTI-RACIST EDUCATION**

Daniela Guimarães Serafim¹

RESUMO

Pretende-se com este trabalho compreender o protagonismo preto na formação sociocultural afro-brasileira a partir da contribuição do Museu Afro Brasil para uma Educação Antirracista. A historicidade revela que o silenciamento sobre a atuação negra promoveu uma mentalidade estereotipada, exclusiva e, por outro lado, determinados pensamentos e ações são permissivos com a existência dessa violência. Para tanto, utilizou-se a metodologia bibliográfica para relacionar as temáticas. Assim, para a discussão do conceito de Educação Não Formal foram consultadas as escritas de Maria da Glória Gohn e, para informações do Museu Afro Brasil, Emanuel Alves de Araújo. Entende-se que o combate ao racismo se faz através do acesso a dados históricos, com o apoio da arte, com visitação a lugares de memória, com o desenvolvimento de outras formas de aprendizagem. Infere-se que o processo educacional perpassa pela cidadania, para servir como mola propulsora na inserção do povo preto na sociedade de maneira consolidada, (re)conhecendo e reivindicando seus direitos a partir da compreensão identitária e de outros aspectos.

PALAVRAS-CHAVE: Cidadania. Formação Antirracista. Historicidade negra.

ABSTRACT

This work intends to understand the black protagonism in the Afro-Brazilian sociocultural formation from the contribution of the Afro Brasil Museum to an Anti-racist Education. Historicity reveals that the silencing of black action promoted a stereotyped, exclusive mentality and, on the other hand, certain thoughts and actions are permissive with the existence of this violence. For that, the bibliographic methodology was used to relate the themes. Thus, for the discussion of the concept of non-formal education, the writings of Maria da Glória Gohn were consulted and for information from the Afro Brazil Museum, Emanuel Alves de Araújo. It is understood that the fight against racism is done through access to historical data, with the support of art, with visits to places of memory, with the development of other forms of learning. It is inferred that the educational process permeates citizenship to serve as a driving force in the insertion of the black people in society in a consolidated manner, knowing, recognizing and claiming their rights from the understanding of identity and other aspects.

KEYWORDS: Citizenship. Anti-racist formation. Black historicity.

¹ Graduanda no curso de Licenciatura em Pedagogia pelo Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro (ISERJ - 2019). Graduada em Ciências Ambientais pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO - 2018). E-mail: daniserafim@live.com.pt

1 INTRODUÇÃO

O povo preto, por longos períodos, foi resumido a uma história que insiste em minimizar a herança africana como matriz formadora de uma identidade nacional. Um padrão social que consiste em construir uma imagem de subalternidade ao comportamento, as preferências, as ideologias, os gostos e outros aspectos da cultura negra. Nota-se que esse conjunto de práticas permite que o processo de desumanização, concretizada por meio de diferentes ações de violência, seja permissivo, que o processo afro-atlânticas no Novo Mundo seja estilhaçado, abrindo brechas para incertezas, incompreensões e inconsciência cristalizados no Brasil.

Na contramão dessa estrutura, o pesquisador Emanuel Araújo produziu um acervo a partir de trabalhos de mais de três décadas sobre o negro africano, que origina o negro brasileiro com a junção imposta com outras etnias, a contribuição religiosa, os feitos artísticos, as formas de resistências e de lutas e outros aspectos que formam um espaço de patrimônio da arte e da cultura afro brasileira. Esse contexto originou o Museu Afro Brasil (MAB), com o objetivo de resgatar o protagonismo preto através da sensibilização do olhar, do ouvir, do imaginar e de outros aspectos que a arte tende a envolver o sujeito.

Segundo Michael Pollak (1992), a constituição da memória coletiva presente nos espaços não formais é fruto de três condições: pessoas (personagens), lugares (contexto) e acontecimentos que são atravessados pelo tempo. Observa-se que os conflitos entre os diferentes grupos sociais possuem raízes no que se compreende como valores de uma sociedade que entram em negociação e disputa (CARREIRA; NASCIMENTO; ALMADO, 2020, p. 6).

Desse modo, a criação do museu perpassa por diferentes perspectivas. O espaço faz referência à tradição dos mais velhos apresentando as presentes gerações e deixando um legado para as futuras uma outra vivência da fusão das culturas luso-afro-ameríndias, formando a mestiça do Novo Mundo. Nota-se que a historicidade preta é recontada por meio da poesia, de instrumentos artesanais, de ritos, de contos, de costumes e de outras maneiras de expressão.

2 SOBRE O MUSEU AFRO BRASIL

O MAB é uma instituição pública, subordinada à Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo, patrocinada pela Petrobrás, Lei Rouanet através do Ministério da Cultura, demais parceiros e administrado pela Associação Museu Afro Brasil – Organização Social de Cultura.

Inaugurado em 2009, no entanto, foi criado em 2004 a partir da coleção particular do artista plástico baiano Emanuel Alves de Araújo, idealizador e atual diretor-curador.

Conservam mais de seis mil obras, entre pinturas, esculturas, gravuras, fotografias, documentos e peças etnológicas, de autores brasileiros e estrangeiros, produzidos entre o século XVIII até os dias de hoje. Em um espaço de 11 mil metros quadrados, dividido em três ambientes com temáticas que variam entre seis núcleos: África: Diversidade e Permanência; Trabalho e Escravidão; As Religiões Afro-Brasileiras; O Sagrado e o Profano; História e Memória; e Artes Plásticas: a Mão Afro Brasileira as quais compõem exposições permanentes, temporárias e demais atividades educativas no Pavilhão Padre Manoel da Nóbrega.

O MAB revela a imensidão da diversidade da riqueza cultural, histórica e artística de povos africanos como Attie (Costa do Marfim), Bamileque (Camarões), Luba (Rep. Democrática do Congo), Tchokwe (Angola) e Iorubá (Nigéria). Em outros espaços ressaltam-se os saberes e tecnologias determinantes no campo do trabalho, presentes no manuseio das máquinas de moer cana, fôrmas para fabricação do açúcar e ferramentas de carpinteiros e ferreiros, os quais desenvolveram os ciclos econômicos no Brasil. Apresenta artesãos e materiais utilizados na agricultura, na pecuária e na mineração, marcados pela mão africana e, em seguida, pela mão afro brasileira, bem como a confecção de roupas, utensílios, adornos.

Em uma das alas do museu há a exposição de vestimentas de orixás e instrumentos musicais que remetem as celebrações religiosas, as mitologias e aos cultos. Desse modo, apresenta ao público material visual, musical e artístico das festividades coletivas realizadas nas ruas. Nota-se que esse encontro possibilitava trocas, formação de laços, a preservação da identidade, dentre outros.

O Núcleo de Artes Plásticas expõe obras que perpassam diferentes períodos da arte no Brasil, desde o Barroco e o Rococó, o século XIX e a arte acadêmica, bem como a Arte Popular, a Arte Moderna e a Contemporânea. Dentre os artistas expostos destacam-se Estevão Roberto da Silva e os artistas contemporâneos Rosana Paulino, Rubem Valentim, Mestre Didi, entre outros. Em meio às produções contemporâneas são também exibidas obras de artistas africanos e afro-americanos, como Gerard Quenum, Zinkpé e Melvin Edwards.

Nesse contexto, a compreensão da construção social tende a ser a força motriz da reconstrução do imaginário social e conseqüentemente direciona-nos a vencer obstáculos da exclusão, além disso permite resgatar o protagonismo preto que, por anos, foi invisibilizado, marginalizado e estereotipado. Portanto, o trabalho desenvolvido no MAB visa, por meio da

Educação Antirracista Não Formal, retomar informações históricas, a fim de possibilitar o acesso dos brasileiros a herança africana como menciona o fragmento abaixo:

Um museu capaz de colaborar na construção de um país mais justo e democrático, igualitário do ponto de vista social, aberto à pluralidade e ao reconhecimento da diversidade no plano cultural, mas também capaz de reatar os laços com a diáspora negra, promovendo trocas entre a tradição, a herança local e a inovação global. (ARAÚJO, 2010, p. 128).

3 PERSPECTIVAS HISTÓRICAS E SEUS DESDOBRAMENTOS SOCIAIS

Após o escravismo entrou em funcionamento o sistema econômico capitalista. Desse modo, não houve um tempo para que o povo preto que por longos anos pensou, agiu, compreendeu sua existência e demais aspectos da vida como um escravizado tornasse cidadão. Nesse contexto, a falta de um direcionamento para aquisição de novos hábitos, para apropriação da cultura, da noção de família, de coletivo, a expressão de sentimentos e emoções, o desenvolvimento da comunicação necessitaria de esforços e investimentos que se arrastam até o século XXI.

Assim, mesmo após a Lei Áurea, em 1888, a população preta continuava a compor o grupo que não tinha acesso a terra, a moradia, ao plantio, a alimentação, a saúde, a educação e outros. Nesse hiato da historicidade surge a informação de que os documentos que serviram de base para uma indenização foram eliminados sob ordem do jurista e político Rui Barbosa em 1890 com a ideiação de uma suposta falência das elites (LACOMBE; SILVA; BARBOSA, 1988). No entanto, outras versões cercam essa história, o que dificulta o acesso a esses dados.

Nesse contexto, Silva (2020, p. 55) alerta sobre a permanência da “destruição e captura de objetos de culto religioso, adereços e instrumentos musicais utilizados por negros em suas práticas religiosas ou recreativas”, como tentativa de bloqueio ao conhecimento da construção sociocultural afro brasileira. Observa-se que o acesso à informação torna-se um instrumento de transformação das relações raciais, reconhecendo as desigualdades existentes, rompendo com as hierarquias sociais e conduzindo para outra realidade.

Sabe-se que o povo preto foi acumulando diferentes demandas ao longo do tempo. Sua liberdade sempre esteve sob ameaça por um imaginário social que insiste em confundir as pessoas com dados errôneos sobre a historicidade e os objetivos da educação antirracista. Como resultado tem-se um país inserido em um processo sociocultural racista, embora essa afirmação

seja contestada por um grupo que não (re)conhece os efeitos deste. Assim, constrói-se um território marcado pelo estamento social e outras mazelas.

Entretanto, o rompimento dessa estrutura tem ocorrido com alguns avanços e retrocessos. Assim, Silva (2020, p. 56) destaca três momentos históricos que afirmam a luta do povo preto: no ano de 1978 com a manifestação do “Movimento Negro Unificado” nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo; em 1988 ocorreu a exposição “A Mão Afro Brasileira”, do artista Emanuel de Araújo, em referência ao centenário da abolição no Museu de Arte Moderna de São Paulo; e em 2000 novamente exposições organizadas por Emanuel de Araújo em menção aos 500 anos de descobrimento do Brasil.

A partir das inquietações dos movimentos sociais, algumas políticas de reparação foram sendo conquistadas como a lei das cotas, as medidas de ações locais e de valorização do patrimônio histórico-cultural afro-brasileiro, as normativas que incluem no projeto político pedagógico a obrigatoriedade do estudo da história da África e da Cultura Afro-Brasileira na Educação Básica e do Ensino Médio nas instituições públicas e privadas, além do fornecimento de educação continuada para os profissionais.

4 PROTAGONISMO PRETO NO MAB E A FORMAÇÃO DOCENTE

O processo educacional é uma prática social inventada pelas sociedades europeias a fim de estabelecer uma comunicação de um determinado grupo, garantindo o sentimento de identidade e pertencimento a uma cultura. Antes do advento da internet, as informações divulgadas pelas instituições de ensino eram consideradas verdades absolutas. Assim, as escolas direcionavam a maneira do educando pensar, agir, escolher e se comportar, estabelecendo as relações de poder e suas influências e privilégios logo nos primeiros contatos.

A fragmentação e a desconexão das condições e situações da vida cotidiana produzem uma cegueira e um atrofiamento da compreensão da realidade a qual o educando está inserido. O raciocínio, as preferências, os sentimentos, o comportamento, a visão de mundo são pertencentes do universo do grupo dominante. Assim, a formação sociocultural brasileira direciona-se a uma perspectiva única de informação, com base em conteúdos discriminatórios e preconceituosos, que visam o apagamento da história dos povos originários, dos imigrantes do continente africano e da construção social afro brasileira.

Como resultado, há uma formação educacional no qual os sujeitos recebem um ensino dimensionado a dados homogêneos e vinculados às experiências europeias, tornando esse



processo elitizado, excludente, acultural. Desse modo, infere-se que a educação possui dois vieses: o primeiro, voltado para as classes privilegiadas, detentora dos meios de produção e acúmulo do capital, permitindo que estes possam traçar os rumos do país. Enquanto na outra ponta, a formação educacional objetivada na instrução de indivíduos sem criticidade, sem emancipação e autonomia do pensamento a fim de gerar mão de obra operária.

As políticas de escolarização transformam o estudante em um produto e não um sujeito de direitos. Essa objetificação possibilita que estes sejam administrados por um sistema e não protegidos por ele. Esse contexto atravessa o entendimento de Milton Santos (2007) que afirma:

Quando se confundem cidadão e consumidor, a educação, a moradia, a saúde, o lazer aparecem como conquistas pessoais e não como direitos sociais. Até mesmo a política passa a ser uma função do consumo. Essa segunda natureza vai tomando lugar sempre maior em cada indivíduo, o lugar do cidadão vai ficando menor, e até mesmo a vontade de se tornar cidadão por inteiro se reduz. (SANTOS, 2007, p.155)

Nesse contexto, a pedagogia popular presente na atuação do MAB visa resgatar o protagonismo preto por meio de suas obras para que a sociedade “desvendem as contradições e alienações do senso comum, alcancem níveis crescentes de formação, e incorporem criticamente elementos da filosofia da práxis” (WANDERLEY, 1981, p. 700). Através das concepções estéticas de diferentes autores que têm em comum a competência técnica, a temática, a luta, a ancestralidade e outros aspectos.

5 EDUCAÇÃO NÃO FORMAL ANTIRRACISTA

O termo Educação Não Formal passou a vigorar no Brasil a partir dos anos 2000 (GOHN, 2014, p.41), no entanto, até o presente momento seu conceito é compreendido de maneira equivocada, pois há uma perspectiva social de que ela possa substituir ou alternar a educação formal. Embora o processo formativo formal apresente precariedade e vulnerabilidades no ensino, jamais um indivíduo poderá se desenvolver somente pela educação não formal, bem como esses espaços não possuem estruturas para serem escolas e para que se possa entender tal afirmação recorre-se a definição:

É um processo sociopolítico, cultural e pedagógico de formação para a cidadania, entendendo o político como a formação do indivíduo para interagir com o outro em sociedade. Ela designa um conjunto de práticas socioculturais de aprendizagem e produção de saberes, que envolve organizações/instituições, atividades, meios e formas variadas, assim como uma multiplicidade de programas e projetos sociais. (GOHN, 2014, p. 40).

A Educação Formal possui especificações que injetam de sentido as práticas sociais tendo em vista o reconhecimento dos aspectos históricos e políticos. A alfabetização e o acesso a conteúdos historicamente acumulados são atribuições que potencializam as dimensões da Educação Não Formal, embora não seja um fator determinante. Observa-se que as ações desenvolvidas nos espaços não formais são direcionadas a um trabalho de inclusão, possuindo um papel central para o grupo sem acesso a escolarização.

Desse modo, o processo educacional pode ser atravessado por outras especificações de conhecimento. Para tanto, precisa-se superar a perspectiva de substituição e de supervalorização direcionada a educação formal. Assim, para se contrapor ao sistema de educação enraizado na formação ingênua e superficial, o MAB, através dos seus projetos de luta antirracista, visa acessibilizar um espaço que dialoga com diferentes acontecimentos históricos do povo africano e afro-brasileiro para despertar no imaginário social a historicidade sufocada como menciona:

[...] uma instituição que pode servir como instrumento para se repensar novos conceitos de inclusão social, e espelho para refletir uma sociedade enfim disposta a incorporar o outro nas suas diferenças. (ARAÚJO, 2010, p. 128).

Para Gohn (2014, p. 40), a Educação Não Formal direciona o sujeito para uma formação cidadã, a partir da democratização do conhecimento a qual o indivíduo decide realizá-la independente de ser um componente obrigatório curricular. Nesse contexto, a cidadania tende a ser desenvolvida cotidianamente em um processo permanente e constate, a fim de adestrar o corpo e a mente para a vida cidadã, assim seu ensinamento torna-se fundamental para a sua manutenção como menciona o fragmento a seguir:

A cidadania, sem dúvida, se aprende. É assim que ela se torna um estado de espírito, enraizado na cultura. É, talvez, nesse sentido, que se costuma dizer que a liberdade não é uma dádiva, mas uma conquista, uma conquista a manter. Ameaçada por um cotidiano implacável, não basta à cidadania ser um estado de espírito ou uma declaração de intenções. Ela tem o seu corpo e os seus limites como uma situação social, jurídica e política. (SANTOS, 2011, p.82).

Essa percepção do que é se tornar cidadão é central para o povo preto se inserir na sociedade de maneira consolidada, (re)conhecendo e reivindicando seus direitos, a partir da leitura do processo identitário e outros aspectos. Desse modo, o processo de cidadania impulsiona o aprimoramento de habilidade e potencialidade intelectuais, físicas, relacionais,

promovendo a organização coletiva para a tomada de decisões que beneficie o maior número de pessoas. Assim, exige-se a qualificação dos profissionais, a redefinição das relações sociais, a democratização dos conteúdos da construção cultural afro brasileira e tantos outros.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabe-se que a história da humanidade é marcada por distintas violências, desumanidades, expropriação, assassinatos e exploração imposta ao povo preto. Nesse sentido, constrói-se uma biografia que insiste em minimizar a herança africana como matriz formadora de uma identidade nacional e se propaga a crueldade e o extermínio da comunidade nativa como um ato de bravura, heroísmo e como um exemplo de sociedade civilizada.

Desse modo, o MAB, por meio da arte, visa resgatar o protagonismo preto a partir da sensibilização do olhar, do ouvir, do imaginar proveniente das cores, dos objetos, das imagens, dos sons possibilitando seu acesso a todos que desejam realizar visitas sem obrigatoriedade e nem critérios de formação escolar. Assim, constitui um espaço de democratização de conhecimentos que permite atravessar o passado para compreender o presente, faz reverência a tradição dos mais velhos, as experiências compartilhadas, a fusão de costumes formando a cultura mestiça do Novo Mundo.

Conclui-se que os espaços não formais, como o MAB, contribuem para a formação cidadã sem a perspectiva de substituição da educação formal. Nota-se que o processo de cidadania é a mola propulsora para o povo preto se inserir na sociedade de maneira consolidada, (re)conhecendo e reivindicá-lo seus direitos a partir da leitura do processo identitário e outros aspectos. Desse modo, o acesso a informação se efetiva como um instrumento de transformação das relações raciais, reconhecendo as desigualdades existentes, rompendo com as hierarquias sociais e conduzindo para outra realidade.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Emanuel Alves de. O Museu Afro Brasil. **Comunicação & Educação**, [S. l.], v. 15, n. 1, p. 125-129, 2010. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/44112> Acesso em: 17 maio. 2021.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003. Dispõe sobre a obrigatoriedade da inclusão no currículo oficial o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação

Básica. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 10, 10 jan. 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm#:~:text=LEI%20No%2010.639%2C%20DE%209%20DE%20JANEIRO%20DE%202003.&text=Altera%20a%20Lei%20no,%22%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs. Acesso em: 17 maio. 2021.

CARREIRA, Elaine Regina Maurício; NASCIMENTO, Ana Paula Cavalcante Lira do; ALMADO Ana Claudia. Navegando e criando novas narrativas: um relato de experiência a partir da virtualidade do Museu Afro Brasil. **Revista Interdisciplinar Parcerias Digitais**, v.1, n. 2, p. 1-8, 2020. Disponível em: <http://www.cp2.g12.br/ojs/index.php/parceriasdigitais/article/view/2320%3E> Acesso em: 17 maio. 2021.

Diretrizes Curriculares Nacionais para educação das relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília/DF: SECAD/ME, 2004. Disponível em: <https://www.uel.br/projetos/leafro/pages/arquivos/DCN-s%20-%20Educacao%20das%20Relacoes%20Etnico-Raciais.pdf> Acesso em: 17 maio. 2021.

GOHN, Maria Glória. Educação não formal, aprendizagens e saberes em processos participativos. **Investigar em Educação**, Lisboa, II série, n. 1, p. 35-50, 2014. Disponível em: <http://pages.ie.uminho.pt/inved/index.php/ie/article/viewFile/4/4> Acesso em: 20 maio. 2021.

LACOMBE, Américo Jacobina; SILVA, Eduardo; BARBOSA, Francisco de Assis. **Rui Barbosa e a queima dos arquivos**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988.

SANTOS, Milton. **O espaço da cidadania e outras reflexões**. Porto Alegre: Fundação Ulysses Guimarães, 2011.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Edusp, 2007.

SILVA, Claudinei Roberto da. The history of Afro-Brazilian art as the history of Afro-Brazilian art exhibitions. **DAT Journal**, v. 5, n. 3, p. 52-57, 19 out. 2020. Disponível em: <https://datjournal.anhembibr/dt/article/view/250> Acesso em: 20 maio. 2021.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e Educação Popular. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 41, n. 164, p. 686-707, dez. 1981.

Enviado em: 31/05/2021
Aprovado em: 27/07/2021